

CÂMARA MUNICIPAL  
Secretaria  
Protocolado sob nº 003/2004  
Em 11 P. 2 / 2004  
Assinatura

Projeto de lei n. 003.../2004

Súmula: Estabelece as Diretrizes para a Implantação da política de Saúde Bucal no Município de Carambeí e Dá outras providências.

**Art. 1º.** A Política Municipal de Saúde Bucal, no Município de Carambeí, seguirá as diretrizes previstas na presente Lei, visando garantir ações de atenção à saúde bucal e de assistência odontológica, dirigidas à população do Município.

**Art. 2º.** Compete ao Município:

- I- definir a política municipal de saúde bucal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando as deliberações do Conselho Municipal de Saúde e as sugestões das Conferências Municipais de Saúde ou da Conferência Municipal de Saúde Bucal, quando esta ocorrer;
- II- prestar assistência odontológica integral a todos os cidadãos do município, sem discriminação de faixa etária;
- III- promover ações de atenção à saúde bucal, que contemplem atividades de promoção da saúde e de prevenção de doenças;
- IV- inserir as ações de saúde bucal no Programa de Saúde da Família;
- V- hierarquizar e articular o sistema de atenção à saúde bucal, assegurando a atenção primária, secundária e terciária, por meio de clínicas de especialidades e retaguarda hospitalar;
- VI- reorganizar o processo de trabalho em saúde bucal com a formação de equipes de saúde bucal, incorporando cirurgiões dentistas, atendentes de consultório dentário, técnicos em higiene dental, técnicos de manutenção de equipamentos odontológicos;
- VII- organizar e manter ações de vigilâncias epidemiológica e sanitária em saúde bucal, articuladas no Sistema Municipal de Vigilância em Saúde;
- VIII- organizar e manter ações de informação em saúde bucal;
- IX- articular, em conjunto com os outros municípios da Região e a Secretaria de Estado da Saúde, a política regional de saúde bucal;
- X- articular-se com a Secretaria de Estado da Saúde, visando ao desenvolvimento de políticas integradas.

**Art. 3º.** A Política Municipal de Saúde Bucal deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- I- participação das representações da sociedade civil, em especial dos usuários, e de instituições governamentais, universidades, organizações não-governamentais, entidades representativas da área odontológica e da saúde coletiva, interessados no problema da saúde bucal;
- II- avaliação do impacto que as condições de vida e de trabalho provocam na saúde bucal da população;
- III- identificação dos critérios de risco social, individual e biológico para os agravos à saúde bucal;
- IV- ampliação dos conhecimentos sobre a situação de saúde bucal, por meio de pesquisas epidemiológicas em todos os níveis;
- V- realização periódica de levantamentos epidemiológicos em saúde bucal;
- VI- estudos, pesquisas, avaliações e elaboração de normas técnicas para a prevenção e o controle dos riscos e agravos potenciais à saúde bucal;
- VII- desenvolvimento de políticas de formação, atualização e qualificação profissional para os cirurgiões-dentistas, atendentes de consultório dentário, técnicos em higiene dental e demais profissionais da saúde e de outras secretarias afins;
- VIII- sistematização, análise e difusão das informações produzidas;
- IX- estudos, pesquisas, avaliações e elaboração de normas técnicas para a vigilância sanitária do meio-ambiente, dos serviços de saúde bucal e dos insumos de uso odontológico e outros, relacionados à saúde bucal;
- X- desenvolvimento de práticas de humanização no atendimento;
- XI- organização de ações de saúde bucal no âmbito do Programa de Saúde da Família;
- XII- reorientação dos modelos de atenção à saúde bucal, priorizando as ações voltadas para a promoção da saúde e prevenção dos agravos à saúde bucal de maior gravidade e transcendência;
- XIII- desenvolvimento de ações educativas;
- XIV- viabilização de um projeto de integração das áreas da saúde, educação e comunicação social, buscando a formação de profissionais, professores e multiplicadores, capacitados para atuarem conjuntamente na promoção da saúde bucal da população;
- XV- realização de ações coletivas em saúde bucal em espaços institucionais e na comunidade;
- XVI- fornecimento gratuito de insumos de higiene bucal para os grupos de maior risco;
- XVII- manutenção e ações de Vigilância Sanitária da Fluoretação das Águas de abastecimento público;
- XVIII- incorporação de novas tecnologias de trabalho odontológico, com a finalidade de aumentar a cobertura assistencial, através de clínicas modulares localizadas em unidades de saúde;
- XIX- reformulação dos ambientes de trabalho, visando a implantação de novas clínicas modulares;

XX- garantia da integralidade da atenção, através de mecanismos que dão suporte às atividades curativas nas várias especialidades odontológicas;

XXI- garantia de acesso à assistência odontológica e ações preventivas a pacientes especiais;

XXII- integração da assistência odontológica aos demais programas de saúde e, em especial, ao de saúde do trabalhador;

XXIII- inclusão da educação em saúde bucal com o tema transversal abordado nas escolas de educação infantil, ensino básico e ensino médio;

XXIV- realização de parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas, possibilitando o desenvolvimento de estágios e outras atividades de integração docente-assistencial, que possibilitem o contato dos estudantes da área de saúde bucal com a realidade social;

XXV- incorporação de novas tecnologias em saúde bucal;

XXVI- avaliação dos padrões de qualidade e o impacto das ações de saúde bucal desenvolvidas.

**Art.4º.** Esta Lei será regulamentada pelo Executivo.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, em fevereiro de 2004.

  
Norma Sueli Pereira Rodrigues  
Vereadora